ASSEMBLEIA FISCALIZA

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad

Prestação de contas do Governo ano 2026 – 1º Ciclo

— 19/6/2026 — 9 horas



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, entre 1° de janeiro e 30 de abril de 2026, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de contas do Governo *de 2026*

Reunião especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Comissões convidadas:

- Comissão de Minas e Energia
- Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Presidente da reunião: deputado Tito Torres
Data: 19/6/2026
Horário: 9 horas
Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias (Acervo ALMG)

I – Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como convidadas as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Minas e Energia, recebeu, em 19/6/2026, Lyssandro Norton Siqueira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1° de janeiro a 30 de abril, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique aqui para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Deputado Tito Torres (presidente), deputado Noraldino Júnior, deputada Bella Gonçalves e deputada Beatriz Cerqueira (suplente)

Comissão de Agropecuária e Agroindústria: Deputado Antonio Carlos Arantes (suplente)

Comissão de Minas e Energia: Deputado Adriano Alvarenga

Poder Executivo: Lyssandro Norton Siqueira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Demais presenças: Deputado Gustavo Valadares.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

1) Segurança de barragens de mineração e de pilhas de estéreis:

As discussões foram abertas com questionamentos sobre a preparação do governo estadual perante as consequências do fenômeno climático *El Niño* nas estruturas de mineração do Estado de Minas Gerais. A deputada Bella Gonçalves criticou a lentidão do Poder Executivo na adoção de medidas preventivas, pontuando que outros estados da Federação teriam decretado emergência climática de forma antecipada. A parlamentar destacou que chuvas registradas em janeiro de 2026, mesmo sem caráter de extrema intensidade, provocaram desabamento de estruturas minerárias e expuseram comunidades a impactos socioambientais evitáveis em Congonhas e Ouro Preto.

Em resposta aos questionamentos, o secretário Lyssandro Norton Siqueira, que está no cargo desde dezembro de 2025, ressaltou o compromisso de aprimorar a gestão ambiental e informou que o governo estadual está atento ao período chuvoso e ao de estiagem. Asseverou que a pasta atua para corrigir falhas históricas nas estruturas de barragens, acompanhando os planos de ações emergenciais de

responsabilidade dos empreendedores, sem prejuízo das atribuições fiscalizatórias específicas conferidas por lei à Agência Nacional de Mineração – ANM.

Nesse contexto, o deputado Noraldino Júnior lembrou que a segurança da população foi o ponto de destaque dado pelos parlamentares quando da aprovação do projeto que deu origem à Lei Mar de Lama Nunca Mais, Lei nº 23.291, de 2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens em Minas Gerais. O objetivo, segundo ele, era impedir licenciamentos prévios, de instalação e de operação de empreendimentos minerários com barragens em regiões com comunidades em Zona de Autossalvamento (ZAS) a jusante.

2) Denúncias no Copam e desdobramentos da Operação Rejeito

A regularidade administrativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – foi outro tema questionado na reunião. A deputada Bella Gonçalves denunciou sucessivas prorrogações irregulares nos mandatos de conselheiros do órgão colegiado, bem como suspeitas de constituição de falsas organizações não governamentais – ONGs – para pleitear vagas reservadas à sociedade civil. De acordo com as denúncias, o intuito dessas entidades seria defender o interesse de setores econômicos, como a mineração e o agronegócio, nos procedimentos de licenciamento de atividades.

O desdobramento administrativo decorrente da Operação Rejeito, que identificou fraudes e irregularidades em licenciamentos minerários, motivou novas indagações. A deputada Beatriz Cerqueira contestou a integridade da estrutura do conselho, questionando a permanência de um indiciado na referida operação policial como integrante do órgão de deliberação ambiental. Diante desse cenário de suspeitas sobre a integridade institucional, foi defendida pelos parlamentares a aplicação de uma moratória nos licenciamentos ambientais no Estado.

O titular da secretaria assegurou que a administração estadual atua de forma firme contra fraudes e desvios de finalidade nos processos de licenciamento, mencionando o desenvolvimento de plataformas informatizadas com critérios técnicos e objetivos para afastar a discricionariedade das decisões e aumentar a sua transparência. O secretário salientou que a pasta tem suporte de auditorias da Controladoria-Geral do Estado e anunciou a suspensão do edital de eleição para o Copam, para permitir uma análise detalhada das inscrições de entidades da sociedade civil para coibir conflitos de interesse.

3) Valorização da carreira e realização de concurso público no Sisema

As deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira cobraram do secretário um posicionamento oficial quanto à valorização dos servidores públicos que atuam nos órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. Foi apontada uma defasagem salarial acumulada de 85% na carreira ambiental, motivo pelo qual a deputada Beatriz Cerqueira enfatizou que a mera

realização de novos concursos públicos é ineficaz sem a devida melhoria dos vencimentos. A deputada criticou ainda a usual justificativa governamental de limitação pela Lei de Responsabilidade Fiscal para obstar aumentos remuneratórios aos servidores.

O secretário Lyssandro Norton Siqueira reiterou seu respeito pelo quadro de pessoal e manifestou abertura para receber a representação sindical da categoria. O gestor informou que a secretaria concluiu um mapeamento de necessidades e carências das unidades regionais e assumiu o compromisso de validar, até o início do mês de julho de 2026, um cronograma de planejamento para a realização de concurso público para preenchimento de cargos nos diversos órgãos que compõem o Sisema.

4) Pecma e demandas de fiscalização e de licenciamento ambientais dos produtores rurais

Os reflexos da fiscalização ambiental no agronegócio e na pequena produção rural também pautaram as manifestações na reunião. O deputado Adriano Alvarenga elogiou as alterações promovidas no Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais – Pecma –, sob o argumento de que as novas medidas diminuíram os valores de multas e o volume de autuações aplicadas aos pequenos produtores, fortalecendo a vertente educativa e de conscientização ambiental da secretaria sobre a postura meramente arrecadatória ou punitiva.

O tratamento diferenciado aos agricultores familiares foi defendido pelo deputado Tito Torres, que lembrou que a maior parte dos produtores rurais do Estado, principalmente os de leite, se enquadra nessa categoria. O parlamentar pontuou que a agricultura e o agronegócio de pequeno porte não devem receber o mesmo rigor fiscalizatório e procedimental aplicável aos grandes empreendimentos minerários e industriais instalados no território de Minas Gerais.

Queixas sobre morosidade na concessão de autorizações florestais foram expostas pelo deputado Antonio Carlos Arantes, que criticou a lentidão do Instituto Estadual de Florestas – IEF – para a liberação da abertura de estradas vicinais no interior do Estado e solicitou maior agilidade nesses procedimentos. O gestor destacou que a pasta passa por um processo de informatização e modernização de seus sistemas e que planeja utilizar recursos de inteligência artificial para otimizar e conferir celeridade às análises e autorizações conduzidas pelo IEF.

5) Fiscalização e denúncias contra o empreendimento da Sigma Lithium

O empreendimento de exploração mineral conduzido pela empresa Sigma Lithium, na região do Vale do Jequitinhonha, recebeu críticas substanciais. A deputada Beatriz Cerqueira relatou o resultado de visitas técnicas realizadas em março de 2026 nos Municípios de Araçuaí e Itinga e denunciou ocorrência de violações de cunho socioambiental. A parlamentar também externou preocupação quanto ao fato de a secretaria ter licenciado a instalação de uma pilha de estéril em distância inferior a 500 metros de

uma escola municipal e do Ribeirão Piauí, afluente do Rio Jequitinhonha. Além disso, destacou que essa pilha de estéril foi interditada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em dezembro de 2025, devido à instabilidade de seus taludes e ao carreamento de sedimentos para o curso d'água.

Para embasar a denúncia, foi apresentado ao secretário um relatório técnico oficial elaborado pela Defesa Civil, datado de 20 de abril de 2026, o qual atesta a incompatibilidade e a inadequação da distância estabelecida entre a referida pilha de estéril da mineradora e as habitações e comunidades estabelecidas no entorno do empreendimento minerário.

Diante dos fatos relatados, o secretário informou que a ANM teria atestado a estabilidade da estrutura da pilha de estéril em parecer emitido em 20 de janeiro de 2026. No entanto, diante da gravidade das denúncias, ele assumiu o compromisso de mobilizar técnicos da secretaria para uma fiscalização presencial no local, a fim de inspecionar as condições operacionais do empreendimento. O titular da pasta adiantou ainda que a ANM estuda divulgar uma consulta pública para uma proposta de regramento nacional de pilhas de estéril de mineração.

Além desses grandes temas, o debate ainda perpassou os seguintes assuntos:

- **Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Previncêndio:** a deputada Bella Gonçalves questionou o baixo percentual de execução orçamentária do Previncêndio no ano de 2026, relembrando que, em 2024, a execução foi inferior a 5%, o que motivou denúncia feita ao Ministério Público. O secretário esclareceu que, recentemente, o Corpo de Bombeiros Militar assumiu a liderança do Previncêndio. Ddestacou ainda o lançamento, ocorrido em 8 de junho de 2026, do Plano Estadual de Enfrentamento aos Incêndios Florestais, instrumento elaborado para estruturar a resposta do Estado ao período de estiagem e aos impactos decorrentes das alterações climáticas.

- **Retomada das atividades na Mina de Jangada:** A deputada Bella Gonçalves questionou a retomada das atividades na Mina de Jangada, em Brumadinho, após a fragmentação do licenciamento original, cujas falhas foram apontadas em investigações da Polícia Federal. A parlamentar apontou a necessidade de se realizarem novos estudos de impacto ambiental, uma vez que a região foi profundamente alterada devido ao rompimento da barragem da Minas de Córrego do Feijão. Nesse contexto, perguntou se a Semad revisará esse processo de licenciamento? O titular do órgão explicou que o embargo da Mina de Jangada foi retirado após estudos técnicos atestarem que as estruturas possuem capacidade de operar sem riscos mútuos. O gestor informou que o Estado exigiu a execução de um novo Plano de Controle Ambiental, a realização de monitoramento sísmico e declarações de auditoria que garantissem a estabilidade das operações, ressaltando que a transferência de licenças é permitida pela legislação.

- **Construção de *data centers* de inteligência artificial:** A deputada Bella Gonçalves manifestou preocupação com a implantação de *data centers* de inteligência artificial em Minas Gerais, destacando o projeto em desenvolvimento no Município de Uberlândia, com consumo estimado de 140 milhões de litros de água por dia e demanda energética de 400 MW. Por essa razão, destacou a necessidade de regulamentação da atividade para se evitar a exploração dos recursos naturais do Estado sem nenhuma contrapartida. Por sua vez, o secretário declarou que compartilha dessa preocupação quanto aos impactos territoriais desses complexos tecnológicos e assegurou que, até aquele momento, nenhuma outorga de recursos hídricos havia sido concedida para o referido projeto. Por conseguinte, o gestor comprometeu-se a manter diálogo com o Parlamento mineiro e a acompanhar a situação para avaliar os riscos ambientais associados a essa modalidade de empreendimento no território estadual.

- **Bem-estar animal:** o deputado Noraldino Júnior destacou o projeto de substituição de veículos de tração animal por modelos alternativos em cidades históricas, cuja fase inicial ocorreu em Tiradentes e que agora se expande para o transporte de resíduos de construção civil. Lyssandro Norton Siqueira reafirmou o compromisso da pasta com a erradicação das charretes e a busca por recursos e parcerias para ampliar a transição sustentável para outros locais. Além disso, destacou as medidas de apoio aos municípios para a realização de vacinação e castração de cães e gatos, mencionando o recorde de mais de 1.400 procedimentos cirúrgicos em um único dia, no Município de Betim.

- **Execução das multas aplicadas à Vale S.A.:** a deputada Beatriz Cerqueira solicitou ao secretário informações detalhadas sobre a execução das multas aplicadas à Vale S.A.. O titular da Semad esclareceu que a penalidade de R$ 99 milhões aplicada em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho foi devidamente cobrada e adimplida pela empresa. Por outro lado, em relação aos extravasamentos registrados em janeiro de 2026, informou que foram lavrados autos de infração que totalizam aproximadamente R$ 4 milhões. Esclareceu que, atualmente, as multas estão na fase de processamento e análise de defesas apresentadas pela autuada. Nesse sentido, a pasta estadual planeja otimizar o tempo de resposta administrativa e conferir maior liquidez e celeridade às cobranças com a implementação do módulo tecnológico Gaia e com o suporte de ferramentas de inteligência artificial.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Executivo (Semad)
• Empenho para a valorização da carreira e dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. • Validação, em julho de 2026, do cronograma do concurso público para o provimento de

306 vagas para a Semad, a Feam, o IEF, o Igam, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae – e a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais – Artemig –, levando em consideração os pontos negociados com a representação da categoria.

- Envio de equipe de fiscalização para avaliar a segurança da pilha de rejeitos da mineradora Sigma Lithium, em Araçuaí, e para verificar as denúncias sobre o assunto apresentadas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

IV – Encaminhamentos parlamentares

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos
Não houve.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2026.

Deputado Tito Torres

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável